

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2023

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Indicador	2020	2021	2022	2023	2024	2025
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	4,52%	10,06%	11,00%	4,10%	3,20%	3,00%
VARIACÃO DO PIB	-3,90%	4,60%	0,70%	1,00%	2,00%	2,00%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	3,30%	-5,61%	12,51%	3,40%	3,43%	6,45%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIÇOS	-9,01%	18,63%	14,07%	7,90%	13,53%	11,83%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	3,27%	12,93%	6,48%	7,56%	8,99%	7,68%
CRESC. REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIÃO	13,05%	-5,96%	15,08%	7,38%	5,49%	9,32%
CRESC. REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO	-1,24%	20,36%	-8,92%	3,41%	4,96%	-0,18%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTIVO	0,00%	0,00%	0,00%	2,00%	2,00%	0,00%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO	0,00%	0,00%	0,00%	2,00%	2,00%	0,00%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	34,98%	213,52%	31,14%	93,21%	112,62%	78,99%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	1,90%	9,15%	13,25%	9,25%	7,50%	7,00%
Taxa de Câmbio (Média do Ano)	0,00	0,00	5,00	5,04	5,05	5,02

1 - Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origem/espécie/rubrica de receita e/ou grupo de natureza de despesa.

2 - Os

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2023
Tabela 03 - Estimativas para a Receita Corrente Líquida
Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 18/2021, do TCE/RS

ESPECIFICAÇÃO		2023	2024	2025
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)		47.523.836,20	51.122.864,80	54.240.569,91
II - DEDUÇÕES				
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio		1.200.000,00	1.250.000,00	1.300.000,00
Compensação Financeira entre Regimes		134.734,50	139.046,01	143.217,39
Rendimentos de Aplicações de Rec. Previdenciários		1.900.000,00	2.000.016,00	2.101.216,81
Deduções da Receita Corrente		5.433.253,21	5.900.325,39	6.195.600,34
Outras deduções		-	-	-
III - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVISTA (I-II)		38.855.848,49	41.833.477,41	44.500.535,37
IV - Recursos (Federais) de Emendas Parlamentares Individuais (código de natureza 1.7.1.0.00.00.00 com complemento de vínculo 3110)		-	-	-
V - Receita Corrente Líquida para Fins de Endividamento (III - IV)		38.855.848,49	41.833.477,41	44.500.535,37
VI - Recursos (Federais) de Emendas Parlamentares de Bancada (código de natureza 1.7.1.0.00.00.00 com complemento de vínculo 3120)		-	-	-
VII - Receita Corrente Líquida p/Despesas com Pessoal (V - VI)		38.855.848,49	41.833.477,41	44.500.535,37

Município de Barão
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2023
Tabela 04 - Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2023 a 2025

PODER EXECUTIVO				
	2023	2024	2025	
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	20.982.158,18	22.590.077,80	24.030.289,10	
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	19.933.050,27	21.460.573,91	22.828.774,65	
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	18.883.942,36	20.331.070,02	21.627.260,19	

PODER LEGISLATIVO				
	2023	2024	2025	
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	2.331.350,91	2.510.008,64	2.670.032,12	
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	2.214.783,36	2.384.508,21	2.536.530,52	
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	2.098.215,82	2.259.007,78	2.403.028,91	

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Legal, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

- a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;
- b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:
- I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;
 - II - criação de cargo, emprego ou função;
 - III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
 - IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
 - V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2023
TABELA 05 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida

Exercício	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024	2.025
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	975.270,28	4.362.354,92	7.727.751,47	10.655.125,26	9.748.410,55	8.643.762,43
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual (inclusive parcelamentos)	975.270,28	4.362.354,92	7.727.751,47	10.655.125,26	9.748.410,55	8.643.762,43
Precatórios posteriores a 05-05-2000	-	-	-	-	-	-
DISPONIBILIDADES DE CAIXA (II)	3.385.348,20	6.867.905,20	7.143.521,23	7.198.402,66	7.369.420,81	7.337.114,90
Disponibilidade da Caixa Bruta	3.935.098,70	7.712.478,85	7.290.493,62	7.312.690,39	7.438.554,29	7.347.246,10
(-) Restos a Pagar Processados	599.159,58	892.549,39	193.381,47	160.896,81	115.542,56	56.540,28
Demais Haveres Financeiros	46.409,08	47.975,74	46.409,08	46.409,08	46.409,08	46.409,08
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III = I - II)	(2.410.077,92)	(2.505.550,28)	584.230,24	3.456.722,60	2.378.989,74	1.306.647,53
Previsão de comprometimento da RCL com a Dívida Consolidada Líquida				8,90%	5,69%	2,94%

Cronograma Anual de Operações de Crédito e de Amortização e Serviço da Dívida							Valores em R\$
Operações de Crédito / Pagamentos	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024	2.025	
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão	
2.1 - Operações de Crédito	-	3.552.894,22	4.300.000,00	6.200.000,00	500.000,00	-	
2.2 Encargos - Exceto RPPS	54.701,41	81.491,93	493.892,15	460.000,00	494.500,00	529.116,00	
2.3 Amortizações - Exceto RPPS	615.493,30	626.680,59	692.217,00	400.000,00	412.800,00	425.184,00	
Fonte: Contabilidade							

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham sido como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2023
TABELA 06 - Demonstrativo da Memória de Cálculo do Resultado Primário e Nominal - ACIMA DA LINHA

RECETAS PRIMÁRIAS		2.020	2.021	2.022	2.023	2.024	2.025
Arrecadação							
Recetas Correntes - Exceto Intraorçamentárias		27.594.292,70	31.735.638,83	38.166.880,00	42.090.582,99	45.222.539,42	48.044.969,57
(-) Aplicações Financeiras em Geral		14.206,90	179.237,29	505.000,00	279.555,44	294.271,24	309.161,37
(-) Aplicações Financeiras do RPPS		1.288.904,22	271.137,44	1.800.000,00	1.900.000,00	2.000.016,00	2.101.216,81
(-) Outras Recetas Financeiras		3.787,40	-	-	985,67	1.231,45	570,91
(-) Recetas Primárias Correntes (I)		26.287.394,18	31.285.264,10	35.861.880,00	39.910.041,88	42.927.020,72	45.634.020,48
Recetas de Capital - Exceto Intraorçamentárias		396.266,37	4.979.800,36	5.460.000,00	8.977.417,01	3.413.105,87	3.049.679,23
(-) Operações de Crédito		-	3.552.894,22	4.300.000,00	6.200.000,00	500.000,00	-
(-) Amortização de Empréstimos		8.183,82	2.886,23	10.000,00	8.701,31	8.979,75	9.249,14
(-) Alienação de Investimentos Temporários e Permanentes		-	-	-	-	-	-
(-) Outras Recetas de Capital - Não Primárias		-	1.688,32	-	715,70	738,60	760,76
(-) Recetas Primárias de Capital (II)		388.082,55	1.422.331,59	1.150.000,00	2.768.000,00	2.903.387,52	3.039.669,33
RECETAS PRIMÁRIAS TOTAIS (III = I + II)		26.675.476,73	32.707.595,69	37.011.880,00	42.678.041,88	45.830.408,24	48.673.689,81
DESPESAS PRIMÁRIAS		2.020	2.021	2.022	2.023	2.024	2.025
Pagamento							
Despesas Correntes - Exceto Intraorçamentárias		22.554.202,54	26.439.546,25	33.346.101,15	36.872.021,88	38.290.719,69	40.880.553,43
(-) Juros e Encargos da Dívida		54.701,41	81.491,93	493.892,15	460.000,00	494.500,00	529.115,00
(-) Despesas Primárias Correntes (IV)		22.499.501,13	26.358.054,32	32.852.209,00	36.412.021,88	37.796.219,69	40.351.438,43
Despesas de Capital - Exceto Intraorçamentárias		2.418.852,26	6.544.872,89	9.145.718,00	12.932.066,62	6.176.566,07	6.019.645,52
(-) Concessão e Empréstimos e Financiamentos		-	-	-	-	-	-
(-) Aquisiç. De Títulos de Capital Já Integralizado							
(-) Aquisição de Títulos de Crédito							
(-) Amortização da Dívida		615.493,30	626.680,59	692.217,00	400.000,00	412.800,00	425.184,00
(-) Despesas Primárias de Capital (V)		1.803.358,96	5.918.192,30	8.453.501,00	12.532.066,62	5.763.766,07	5.594.461,52
DESPESAS PRIMÁRIAS ANTES DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA (VI = IV + V)		24.302.860,09	32.276.246,62	41.305.710,00	48.944.088,50	43.559.985,76	45.945.899,95
RESERVA DE CONTINGÊNCIA - PREVISÃO (VII)					4.263.911,50	4.313.585,29	4.300.995,73
DESPESAS PRIMÁRIAS APÓS A RESERVA DE CONTINGÊNCIA (VIII = VI+ VII)					53.208.000,00	47.873.571,05	50.246.895,69
META DE RESULTADO PRIMÁRIO A SER CONSIDERADA (IX = III - VIII)		2.372.616,64	431.349,07	4.293.830,00	10.529.958,12	2.043.162,81	1.573.205,87

JUROS E ENCARGOS ATIVOS (Variações Patrimoniais Aumentativas)	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024	2.025
	Saldo	Saldo	Saldo	Projeção	Projeção	Projeção
4.4.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
4.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.3.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.4.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.5.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
4.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
4.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.5.1.1.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.5.2.1.00.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação	1.302.450,17	452.062,48	319.466,84	755.274,20	547.104,59	578.458,28
SOMA DOS JUROS E ENCARGOS ATIVOS (X)	1.302.450	452.062	319.467	755.274	547.105	578.458
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (Variações Patrimoniais Diminutivas)	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024	2.025
	Saldo	Saldo	Saldo	Projeção	Projeção	Projeção
3.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação	323.513,19	329.638,81	377.390,18	375.289,11	387.830,65	406.781,88

23

3.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos por Antecipação de Receita Orçamentária - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.3.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.4.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.5.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.1.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Externos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Externos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
SOMA DOS JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XI)	323.513,19	329.638,81	377.390,18	375.289,11	387.830,65	406.781,88

RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XII = IX + X - XI)	3.351.553,62	553.772,74	- 4.351.753,34	- 10.149.973,03	- 1.883.888,87	- 1.401.529,48
---	---------------------	-------------------	-----------------------	------------------------	-----------------------	-----------------------

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - RPPS
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2023			2024			2025		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Preenchimento Opcional Cfe 12ª Edição do MDF									
Receita Total RPPS	6.234.734,50	5.989.178,20		6.489.062,01	6.040.202,48		6.744.434,20	6.095.058,39	
Receitas Primárias RPPS (I)	4.334.734,50	4.164.010,09		4.489.046,01	4.178.531,01		4.643.217,39	4.196.153,49	
Despesa Total RPPS	6.234.734,50	5.989.178,20		6.489.062,01	6.040.202,48		6.744.434,20	6.095.058,39	
Despesas Primárias RPPS (II)	6.234.734,50	5.989.178,20		6.489.062,01	6.040.202,48		6.744.434,20	6.095.058,39	
Resultado Primário RPPS (I - II)	-1.900.000,00	-1.825.168,11		-2.000.016,00	-1.861.671,47		-2.101.216,81	-1.898.904,90	
Preenchimento Opcional Cfe 12ª Edição do MDF									

Fonte: Contabilidade

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, R\$ 1,00)									
ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2021 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2021 (b)	% PIB	% RCL	Variação		
							Valor (c) = (b-a)	(c/a) x 100	
Receita Total	39.069.000,00		135,42%	36.715.439,19		127,26%	-2.353.560,81	-6,02%	
Receita Primárias (I)	30.626.888,23		106,16%	32.709.284,01		113,38%	2.082.395,78	6,80%	
Despesa Total	37.631.692,23		130,44%	32.984.419,14		114,33%	-4.647.273,09	-12,35%	
Despesa Primárias (II)	36.951.660,62		128,08%	32.276.246,62		111,89%	-4.675.414,00	-12,65%	
Resultado Primário (I-II)	6.324.772,39		-21,92%	433.037,39		1,50%	6.757.809,78	-106,85%	
Resultado Nominal	5.172.418,20		-17,93%			0,00%	5.172.418,20	-100,00%	
Dívida Pública Consolidada	1.966.722,51		6,82%	4.362.354,92		15,12%	2.395.632,41	121,81%	
Dívida Consolidada Líquida	473.463,75		1,64%	2.505.550,28		-8,68%	2.979.014,03	-629,20%	
FONTE: Contabilidade									
Valor da Receita Corrente Líquida de 2021 R\$ 28.849.900									

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2021), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2021 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, ficou em R\$ 1.731.720,60, valor superior à meta estabelecida para o ano, que era de R\$ -6.324.772,39. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

Em parte, esse resultado é em decorrência do desempenho favorável apresentado pela receita, tendo sido fortemente condicionado pelo comportamento das receitas correntes, que apresentaram um incremento em relação ao valor consignado no orçamento. Destaca-se no exercício de 2021 o desempenho dos grupos de receita tributária e de transferências correntes, que superaram a expectativa.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2023

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2020	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %	2024	Variação %	2025	Variação %
Receita Total	43.950.000,00	39.069.000,00	-11,11%	39.750.000,00	1,74%	42.678.041,88	#VALOR!	48.635.645,29	#VALOR!	51.094.648,80	5,06%
Receitas Primárias (I)	30.491.639,39	30.626.888,23	0,44%	31.822.708,85	3,90%	42.678.041,88	34,11%	45.830.408,24	7,39%	48.673.689,81	6,20%
Despesa Total	43.950.000,00	37.631.692,23	-14,38%	39.750.000,00	5,63%	54.068.000,00	36,02%	48.780.871,05	-9,79%	51.201.194,69	4,96%
Despesas Primárias (II)	39.385.447,53	36.951.660,62	-6,18%	38.629.907,91	4,54%	53.208.000,00	37,74%	47.873.571,05	-10,03%	50.246.895,69	4,96%
Resultado Primário (I – II)	- 8.893.808,14	- 6.324.772,39	-28,89%	- 6.807.199,06	7,63%	- 10.529.958,12	54,69%	- 2.043.162,81	-80,60%	- 1.573.205,87	-23,00%
Resultado Nominal	- 7.513.727,08	- 5.172.418,20	-31,16%	5.873.364,79	-213,55%	- 10.149.973,03	-272,81%	- 1.883.888,87	-81,44%	- 1.401.529,48	-25,60%
Divida Pública Consolidada	7.012.481,81	1.966.722,51	-71,95%	7.727.751,47	292,93%	10.655.125,26	37,88%	9.748.410,55	-8,51%	8.643.762,43	-11,33%
Divida Consolidada Líquida	4.887.959,07	473.463,75	-90,31%	584.230,24	23,39%	3.456.722,60	491,67%	2.378.989,74	-31,18%	1.306.647,53	-45,08%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2020	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %	2024	Variação %	2025	Variação %
Receita Total	53.692.220,70	43.366.590,00	-19,23%	39.750.000,00	-8,34%	#VALOR!	#VALOR!	45.271.434,45	#VALOR!	46.175.091,73	2,00%
Receitas Primárias (I)	37.250.599,13	33.995.845,94	-8,74%	31.822.708,85	-6,39%	40.997.158,38	28,83%	42.660.240,45	4,06%	43.987.230,46	3,11%
Despesa Total	53.692.220,70	41.771.178,38	-22,20%	39.750.000,00	-4,84%	51.938.520,65	30,66%	45.406.614,70	-12,58%	46.271.379,04	1,90%
Despesas Primárias (II)	48.115.862,14	41.016.343,29	-14,76%	38.629.907,91	-5,82%	51.112.391,93	32,31%	44.562.074,19	-12,82%	45.408.963,01	1,90%
Resultado Primário (I – II)	- 10.865.263,02	- 7.020.497,35	-35,39%	- 6.807.199,06	-3,04%	- 10.115.233,54	48,60%	- 1.901.833,74	-81,20%	- 1.421.732,55	-25,24%
Resultado Nominal	- 9.179.264,91	- 5.741.384,20	-37,45%	5.873.364,79	-202,30%	- 9.750.214,25	-266,01%	- 1.755.577,05	-82,01%	- 1.266.585,71	-27,77%
Divida Pública Consolidada	8.566.910,60	2.183.061,99	-74,52%	7.727.751,47	253,99%	10.235.470,95	32,45%	9.074.096,31	-11,35%	7.811.513,19	-13,91%
Divida Consolidada Líquida	5.971.453,41	525.544,76	-91,20%	584.230,24	11,17%	3.320.578,87	468,37%	2.214.430,95	-33,31%	1.180.839,31	-46,68%

Fonte: Contabilidade

Conforme o Manual dos Demonstrativos Fiscais da STN, o objetivo do Demonstrativo é **dar transparência** às informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes, para uma melhor avaliação da política fiscal, de forma a permitir a análise da política fiscal em uma linha do tempo, combinando execução passada e perspectivas futuras, validando a consistência dessas últimas. Assim, são demonstradas as metas fiscais previstas para o exercício da LDO (2023), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2020, 2021 e 2022), bem como para os dois seguintes (2024 e 2025), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Divida Pública Consolidada e Divida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2020, 2021 e 2022 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Divida Consolidada e Divida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo 1 - de Metas Anuais, evidenciando assim a sua consistência.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital		21.402.946,47	66,28%	17.130.947,34	80,04%	16.875.353,67	98,51%
Reservas		-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado		10.889.086,21	33,72%	4.271.999,13	19,96%	255.593,67	1,49%
Ajustes de Exerc. Anteriores		-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TOTAL		32.292.032,68	100,00%	21.402.946,47	100,00%	17.130.947,34	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital		(2.165.484,40)	111,28%	(2.487.066,54)	114,85%	1.921.269,88	-77,25%
Reservas		-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado		219.448,92	-11,28%	321.582,14	-14,85%	(4.408.336,42)	177,25%
Ajustes de Exerc. Anteriores		-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TOTAL		(1.946.035,48)	100,00%	(2.165.484,40)	100,00%	(2.487.066,54)	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital		19.237.462,07	63,39%	14.643.880,80	76,12%	18.796.623,55	128,36%
Reservas		-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado		11.108.535,13	36,61%	4.593.581,27	23,88%	(4.152.742,75)	-28,36%
Ajustes de Exerc. Anteriores		-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TOTAL		30.345.997,20	100,00%	19.237.462,07	100,00%	14.643.880,80	100,00%

Fonte: Contabilidade

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2019, 2020 e 2021), para fins do disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Conforme estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido, o patrimônio (no caso dos órgãos da administração direta) ou capital social (no caso das empresas estatais), as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Nesse aspecto, cumpre destacar que, na linha "Resultado Acumulado", foram considerados os valores de ajustes de exercícios anteriores, os quais, apesar de não terem sido considerados na apuração do resultado do exercício, tiveram influência da variação do saldo do Patrimônio Líquido.

É preciso enfatizar que a Administração Direta do Município, bem como as Autarquias e as Fundações Públicas, seguem as normas da Lei Federal nº 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei Federal nº 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 1135, está sobre a gestão do Fundo de Previdência Social do Município - FPSM, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2019 a 2021, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R\$ 14.643.880,80 em 31.12.2019 para R\$ 30.345.997,20 em 31.12.2021.

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2021 com superávit patrimonial.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2021	2020	2019
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2019			166.290,53
RECEITAS DE CAPITAL			-
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		73.181,77	-
Alienação de Bens Móveis	-	73.181,77	-
Alienação de Bens Imóveis	-	73.181,77	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienac de Bens	1.053,10	760,59	1.170,53
TOTAL	1.053,10	73.942,36	167.461,06

DESPESAS EXECUTADAS	2021	2020	2019
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			151.749,75
Investimentos	56.924,91	15.776,10	151.749,75
Inversões Financeiras	56.924,91	15.776,10	
Amortização da Dívida		-	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.			-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	
TOTAL	56.924,91	15.776,10	151.749,75
SALDO FINANCEIRO			
	18.005,76	73.877,57	15.711,31

Fonte: Contabilidade

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2019, 2020 e 2021).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AValiação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2019	2020	2021	
RECEITAS CORRENTES (I)				
Receita de Contribuições dos Segurados				
Civil				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais				
Civil				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita Patrimonial				
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				

8

Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (III)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2019	2020	2021	
Benefícios - Civil				
Aposentadorias				
Pensões				
Outros Benefícios Previdenciários				
Benefícios - Militar				
Reformas				
Pensões				
Outros Benefícios Previdenciários				
Outras Despesas Previdenciárias				
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS				
Demais Despesas Previdenciárias				
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)				
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V) ²				
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2019	2020	2021	
VALOR				
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2019	2020	2021	
VALOR				
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2019	2020	2021	
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar				
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos				
Outros Aportes para o RPPS				
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro				
BENS E DIREITOS DO RPPS	2019	2020	2021	
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0	0	

Investimentos e Aplicações	17.289.361,05	20.005.444,10	21.744.338,66
Outro Bens e Direitos			
PLANO FINANCEIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES (VII)	4.735.670,13	4.722.846,79	3.893.899,68
Receita de Contribuições dos Segurados	683.646,94	876.905,97	1.022.459,74
Civil	683.646,94	876.905,97	1.022.459,74
Ativo	683.646,94	876.905,97	830.950,31
Inativo	0	0	169.765,58
Pensionista	0	0	21.743,85
Militar	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita de Contribuições Patronais	859.835,62	988.700,87	884.368,19
Civil	859.835,62	988.700,87	884.368,19
Ativo	859.835,62	988.700,87	884.368,19
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Militar	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita Patrimonial	1.922.468,70	1.288.904,22	271.137,44
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	1.922.468,70	1.288.904,22	271.137,44
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	1.269.718,87	1.568.335,73	1.715.934,31
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	107.132,61	106.529,13	97.668,70
Demais Receitas Correntes	1.162.586,26	1.461.806,60	1.618.265,61
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0	0	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0

8

TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)			4.735.670,13	4.722.846,79	3.893.899,68
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS					
Benefícios - Civil		2019	2020	2021	
Aposentadorias		1.790.857,04	1.997.609,24	2.146.848,70	
Pensões		1.435.598,86	1.749.251,72	1.884.887,12	
Outros Benefícios Previdenciários		124.785,98	153.227,58	261.961,58	
Benefícios - Militar		200.472,20	95.129,94	0	
Reformas		0	0	0	
Pensões		0	0	0	
Outros Benefícios Previdenciários		0	0	0	
Outras Despesas Previdenciárias		20.623,69	9.154,50	8.156,42	
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS		20.623,69	9.154,50	8.156,42	
Demais Despesas Previdenciárias		0	0	0	
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)		1.781.480,73	2.006.763,74	2.155.005,12	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)²		2.594.189,40	2.716.083,05	1.738.894,56	
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS					
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		2019	2020	2021	
Recursos para Formação de Reserva		799.619,89	1.052.806,99	1.157.394,60	
		0	0	0	
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS					
RECEITAS CORRENTES		2019	2020	2021	
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)		0	0	0	
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS					
DESPESAS CORRENTES (XIII)		2019	2020	2021	
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)		0	0	0	
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)		0	0	0	
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)		0	0	0	
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES					
PLANO PREVIDENCIÁRIO					
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício	
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício)	

7

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2021	3.974.281,22	2.235.386,66	1.738.894,56	21.744.338,66
2022	5.196.456,52	2.494.259,04	2.702.197,48	24.446.536,14
2023	5.440.604,45	2.547.538,68	2.893.065,77	27.339.601,91
2024	5.653.039,73	2.637.451,41	3.015.588,32	30.355.190,23
2025	5.420.665,97	2.901.332,67	2.519.333,30	32.874.523,53
2026	6.046.323,60	3.049.022,29	2.997.301,31	35.871.824,84
2027	6.355.366,94	3.198.477,50	3.156.889,44	39.028.714,28
2028	6.787.681,44	3.718.903,91	3.068.777,53	42.097.491,81
2029	7.170.876,57	4.084.978,01	3.085.898,56	45.183.390,37
2030	7.749.289,05	4.362.749,13	3.386.539,92	48.569.930,29
2031	8.182.404,82	4.749.942,27	3.432.462,55	52.002.392,84
2032	8.608.621,45	5.101.863,83	3.506.757,62	55.509.150,46
2033	9.046.920,19	5.467.662,96	3.579.257,23	59.088.407,69
2034	9.787.152,19	5.841.122,27	3.946.029,92	63.034.437,61
2035	10.218.522,18	6.063.550,45	4.154.971,73	67.189.409,34
2036	10.690.125,88	6.347.694,99	4.342.430,89	71.531.840,23
2037	11.648.416,42	6.944.619,24	4.703.797,18	76.235.637,41
2038	12.104.977,79	7.076.629,91	5.028.347,88	81.263.985,29
2039	12.838.663,49	7.773.920,19	5.064.743,30	86.328.728,59
2040	13.479.633,33	8.252.836,22	5.226.797,11	91.555.525,70
2041	14.434.086,23	8.459.167,03	5.974.919,20	97.530.444,90
2042	15.237.015,07	9.090.831,53	6.146.183,54	103.676.628,44
2043	15.928.929,29	9.472.584,82	6.456.344,47	110.132.972,91
2044	16.683.132,28	9.934.157,10	6.748.975,18	116.881.948,09
2045	18.072.410,33	10.566.372,53	7.506.037,80	124.387.985,89
2046	19.073.114,55	11.305.356,57	7.767.757,98	132.155.743,87
2047	19.846.019,72	11.594.152,55	8.251.867,17	140.407.611,04
2048	20.831.845,60	12.209.595,99	8.622.249,61	149.029.860,65
2049	21.674.984,34	12.517.315,15	9.157.669,19	158.187.529,84
2050	22.507.125,43	12.738.516,62	9.768.608,81	167.956.138,65
2051	23.432.185,54	13.053.670,03	10.378.515,51	178.334.654,16

2052	24.405.765,84	13.381.925,12	11.023.840,72	189.358.494,88
2053	26.195.147,99	13.854.711,78	12.340.436,21	201.698.931,09
2054	27.435.735,60	14.388.020,56	13.047.715,04	214.746.646,13
2055	25.149.163,81	14.737.755,60	10.411.408,21	225.158.054,34
2056	26.250.605,59	15.379.264,68	10.871.340,91	236.029.395,25
2057	27.394.785,60	16.041.647,92	11.353.137,68	247.382.532,93
2058	28.593.751,92	16.742.674,68	11.851.077,24	259.233.610,17

FONTE: Sistema GESTOR UM, Unidade Responsável: RPPS. Emissão: 31/12/2021.

NOTA:

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS. O objetivo principal é dar transparência à situação financeira e atuarial do RPPS para uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas, além de orientar a elaboração da LOA.

Segundo a Portaria MPS 464/2018, o equilíbrio financeiro representa a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações dos RPPS, em cada exercício financeiro, ou seja, o equilíbrio financeiro é atingido quando o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário é suficiente para custear os benefícios por ele assegurados.

O equilíbrio atuarial, por sua vez, representa a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo, devendo as alíquotas de contribuição do sistema ser definidas a partir do cálculo atuarial que leve em consideração uma série de critérios, como a expectativa de vida dos segurados e o valor dos benefícios de responsabilidade do respectivo RPPS, segundo a sua legislação.

Nesse contexto, os dados acima apresentados tiveram em como base:

- a) o Anexo 4 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no último bimestre dos exercícios de 2019, 2020 e 2021; e
- b) o Anexo 10 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência, publicado no último bimestre do exercício de 2021.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENDUA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)					R\$ 1,00		
TRIBUTOS MULTAS E JUROS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENDUICA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO	
			2023	2024	2025		
IPITU	ISENÇÃO	TODOS DEVEDORES	57.300,77			Vide Observação abaixo	
TARIFA AGUA	ISENÇÃO	TODOS DEVEDORES	23.896,41				
ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO	ISENÇÃO	TODOS DEVEDORES	52.621,37				
MILHO TROCA-TROCA	ISENÇÃO	TODOS DEVEDORES	2.013,82				
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	ISENÇÃO	TODOS DEVEDORES	117.236,98				
SERVIÇO DE MAQUINAS	ISENÇÃO	TODOS DEVEDORES	6.711,43				
SERVIÇO AGROPECUARIO	ISENÇÃO	TODOS DEVEDORES	3.507,32				
ISSQN	ISENÇÃO	TODOS DEVEDORES	82.865,50				
FINANCIAMENTO FADESA	ISENÇÃO	TODOS DEVEDORES	4.103,18				
COLETA DE LIXO	ISENÇÃO	TODOS DEVEDORES	3.350,21				
ITBI	ISENÇÃO	TODOS DEVEDORES	164,36				
APROVAÇÃO DE PROJETO	ISENÇÃO	TODOS DEVEDORES	122,71				
INDENIZAÇÃO E RESTITUIÇÃO	ISENÇÃO	TODOS DEVEDORES	338,91				
TOTAL			354.232,97				-

Fonte: Contabilidade
Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2023 foram previstos de acordo com informações da Administração tributária da Prefeitura Municipal
2 - Em relação a renúncia não houve projeção para 2024 e 2025, por não haver previsão de renúncia de receita.

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os valores serão objeto de renúncia fiscal de receita nos exercícios que compreenderão o trítimo a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

A concessão de incentivos fiscais é um instrumento que visa, entre outros objetivos, fomentar o desenvolvimento econômico do Município, atraindo novas empresas ou ampliando as já existentes, de modo a gerar novos empregos e aumentar a renda per capita da população. Já os benefícios fiscais se prestam para reduzir as desigualdades sociais, desonerando determinados segmentos da sociedade do pagamento de alguns tributos, como é o caso da isenção de IPTU para os aposentados de baixa renda. Diante disso pode-se afirmar que, com a devida responsabilidade, é salutar o uso desses instrumentos que tem objetivos econômicos e sociais.

O tema é destacado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que disciplinou a sua aplicação. Como sabido, os entes da Federação têm usado esses institutos como forma de controle dos desequilíbrios econômicos e sociais, e, por isso é tratado em todo o arcabouço jurídico brasileiro: constitucional, legal e infralegal.

A Constituição Federal em seus artigos 70 e 165, § 6º, estabelece o controle sobre as renúncias de receita, com o nítido objetivo de promover o equilíbrio fiscal. Por sua vez, a LRF estabeleceu em seu artigo 11 a necessidade de instituição, previsto e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos entes da Federação, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal.

Nesse contexto, e conforme as diretrizes estabelecidas no Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica evidenciado que a Administração opta pela medida de compensação prevista no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais. Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisão ser compensadas pelo aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Handwritten signature or mark.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2023
Aumento Permanente da Receita	(1.491.385,51)
Decorrente de Receitas Tributárias	180.292,18
Decorrente de Transferências Correntes	(1.671.677,58)
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	431.302,59
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	(1.060.082,91)
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	(1.060.082,91)
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	(1.488.025,11)
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	121.393,32
Relativas a Outras Despesas Correntes	(1.609.418,44)
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	427.942,20

Fonte: Contabilidade

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2023 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2022-2023.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2023, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2021-2022 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão. Quando negativo (**SEM MARGEM**), o resultado apresentado é meramente indicativo de alerta para a criação de novas DOCC. Quando **for positivo** é indicativo da possibilidade de criação de novas DOCC.

Município de Barão

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

EXERCÍCIO DE 2023

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	100.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência	100.000,00
Dividas em Processo de Reconhecimento	-		
Avais e Garantias Concedidas	-		
Assunção de Passivos	-		
Assistências Diversas	50.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência	50.000,00
Outros Passivos Contingentes	-		
SUBTOTAL	150.000,00	SUBTOTAL	150.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	1.200.000,00	Limitação de empenhos e abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência	1.200.000,00
Restituição de Tributos a Maior	5.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência	5.000,00
	150.000,00	Limitação de empenhos e abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência	150.000,00
Discrepância de Projeções:			
	136.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência	136.000,00
Outros Riscos Fiscais	1.491.000,00		
SUBTOTAL	1.491.000,00	SUBTOTAL	1.491.000,00
TOTAL	1.641.000,00	TOTAL	1.641.000,00

O Anexo de Riscos Fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

1 - Os valores referente aos **PASSIVOS CONTINGENTES**, representam a estimativa de possíveis obrigações em 2023, cuja existência será confirmada somente em caso de ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle do Município da entidade. Também poderão representar possíveis obrigações decorrentes de eventos passados, mas que não estão reconhecidos contabilmente e tampouco contam com previsão de recursos no orçamento porque é improvável a sua liquidação em 2023.

2 - Os **DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS** estão relacionados principalmente aos riscos orçamentários relacionados com a possibilidade da ocorrência de impactos negativos na execução orçamentária, devido a fatores tais como as receitas previstas não se realizarem (frustração de execução de despesas inicialmente não previstas) ou a necessidade de despesas inicialmente não previstas (abertura de créditos especiais e/ou extraordinários) ou orçadas a menor (créditos suplementares).

MUNICÍPIO DE BARÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023
ANEXO IV
RELATORIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E A EXECUTAR E DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMONIO PÚBLICO

(Art. 45 da LRF)

		EXECUÇÃO %			RECURSOS PRIORIZADOS PARA 2023			
			ATÉ EXERC ANTERIOR - 2021	NO EXERCÍCIO DE 2022	A EXECUTAR EM 2023	PROJETOS EM EXECUÇÃO	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO	NOVOS PROJETOS
IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	PAVIMENTAÇÃO AVANÇAR CIDADES	2021	4.736.319,23	59,18%	13,37%	27,45%	1.300.000,00	-
	PAVIMENTAÇÃO BRDE	2023	2.000.000,00	0,00%	0,00%	100,00%	-	2.000.000,00
	PAVIMENTAÇÃO FINISA II	2023	3.000.000,00	0,00%	3,33%	96,67%	2.900.000,00	-
	CALÇAMENTOS/ASFALTOS	2023	1.300.000,00	0,00%	0,00%	100,00%	-	1.300.000,00
	CALÇADAS DE PASEIO	2023	395.896,77	0,00%	0,00%	100,00%	-	395.896,77
	CALÇAMENTO Mª EDITH SELBACH	2023	355.713,61	0,00%	0,00%	100,00%	-	355.713,61
	CALÇAMENTO AV. CENTRAL FR ALTA	2023	300.000,00	0,00%	0,00%	100,00%	-	300.000,00
	CALÇAM. Nª Sª NAVEGANTES II	2023	400.000,00	0,00%	0,00%	100,00%	-	400.000,00
	PASEIO PÚBLICO/ACESSIBILIDADE	2023	20.000,00	0,00%	0,00%	100,00%	-	20.000,00
	CANALIZAÇÃO DE ESGOTOS	2023	100.000,00	0,00%	0,00%	100,00%	-	100.000,00
CRECHE FR ALTA	2016	1.100.000,00	59,09%	22,73%	18,18%	200.000,00	-	
REFORMA DE ESCOLAS	2023	20.000,00	0,00%	0,00%	100,00%	-	20.000,00	
FECHAM. QUADRA EMEF C. GOMES	2023	150.000,00	0,0%	0,00%	100,00%	-	-	150.000,00
TOLDO ARCO IRIS/EMEF C. GOMES	2023	150.000,00	0,00%	0,00%	100,00%	-	-	150.000,00
REFEITÓRIO E RAMP A ARCO IRIS	2023	2.557.000,00	0,00%	0,00%	31,29%	-	-	800.000,00
CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO ESPORTIVAS	2023	1.000,00	0,00%	0,00%	100,00%	-	-	1.000,00
PRAÇAS E PARQUE PÚBLICO	2023	50.000,00	0,00%	0,00%	100,00%	-	50.000,00	-
ESTACIONAMENTO CARLOS GOMES	2023	100.000,00	0,00%	0,00%	100,00%	-	-	100.000,00
REFORMA/PINTURAS UBSS	2023	100.000,00	0,00%	0,00%	100,00%	-	100.000,00	-
CENTRO ADMINISTRATIVO	2018	2.800.000,00	15,00%	0,00%	21,43%	600.000,00	-	-
GAVETAS E MURO CEMITÉRIO	2023	150.000,00	0,00%	0,00%	100,00%	-	-	150.000,00
AQUISIÇÃO DE ÁREA DE TERRAS	2023	63.000,00	0,00%	0,00%	100,00%	-	-	63.000,00
PARADAS DE ÔNIBUS	2023	7.000,00	0,00%	0,00%	100,00%	-	-	7.000,00

INFRAESTRUTURA COPACABANA	2022	264.333,27	0,00%	18,92%	81,08%	214.333,27		
MAIS INFRAESTRUTURA ARROIO CANOAS	2022	100.000,00	0,00%	10,00%	90,00%	90.000,00		
AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA	2023	100.000,00	0,00%	0,00%	100,00%			100.000,00
PONTE ARROIO CANOAS	2023	30.000,00	0,00%	0,00%	100,00%	-	-	30.000,00
Total dos Recursos a Priorizar						5.304.333,27	170.000,00	6.422.610,38

2